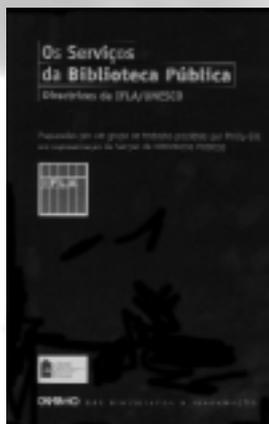


OS SERVIÇOS DA BIBLIOTECA PÚBLICA: DIRECTRIZES DA IFLA / UNESCO



Esta publicação é a tradução para a língua portuguesa da versão editada, em Agosto de 2001, pela IFLA. Trata-se de uma edição conjunta da Editorial Caminho e da Associação Liberpolis, disponibilizada ao público em Setembro de 2003.

Tratando-se de um documento internacional, a tradução para a língua portuguesa procurou, sempre que possível, adequar a terminologia técnica e as orientações apresentadas à realidade portuguesa.

Este documento da IFLA resulta da necessidade de actualizar as “Guidelines for public libraries” editadas por esta associação em 1986, principalmente devido ao impacto causado pelas TIC (tecnologias da informação e da documentação) na sociedade em geral e, conseqüentemente, no seio das bibliotecas. A biblioteca pública é entendida como um serviço de base local, actuando no contexto da comunidade local e indo ao encontro das suas necessidades. Neste contexto, este documento pretende ser, em qualquer situação, um instrumento de apoio aos bibliotecários para o desenvolvimento dos serviços da biblioteca pública em resposta às exigências da comunidade local.

Houve neste trabalho a preocupação de ele poder ser relevante para qualquer biblioteca pública em qualquer momento do seu desenvolvimento. Assim, as recomendações e alguns *standards* apresentados (poucos) têm em conta a diversidade de contextos políticos, económicos e sociais existentes no mundo,

os quais condicionam a realidade das bibliotecas públicas. É pois um instrumento mais flexível, recomendando, sempre que se justifique, o uso de normas mais específicas produzidas por outras secções especializadas da IFLA. Inclui ainda, a título ilustrativo, alguns exemplos de serviços prestados por bibliotecas de todo o mundo, o que nos permite ter uma ideia de como as bibliotecas têm desenvolvido serviços para dar resposta às necessidades dos seus utilizadores.

É visível em todo o documento a importância atribuída às tecnologias de informação e comunicação (TIC) apresentadas como novos recursos e novas oportunidades para as bibliotecas públicas. Para cumprir o princípio do acesso para todos, sublinha-se que, na sociedade actual, a biblioteca pública deve ser a auto-estrada para o mundo da informação electrónica, o que deve constituir um objectivo chave da sua acção. Contudo deve continuar a manter serviços que disponibilizem informação de outras maneiras, como por exemplo, a impressa ou a oral, pelo que deve desenvolver todos os esforços para não «fechar outras portas através das quais pode disponibilizar informação e conhecimento».

O documento está organizado em seis capítulos, os quais se desenvolvem em articulação com o texto do “Manifesto da UNESCO”. Uma apreciação sumária permite-nos realçar os seguintes aspectos:

- reforço do papel da biblioteca pública na sociedade actual, principalmente devido às mudanças resultantes da utilização das TIC;

- uma maior importância atribuída ao utilizador e às suas necessidades: isto significa que a biblioteca se organiza e desenvolve centrada no utilizador, recomendando-se a utilização das TIC

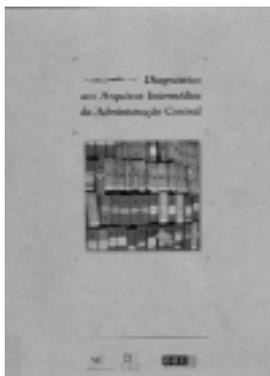
como meio de disponibilizar serviços a um maior número de pessoas e partilhar recursos;

- um papel determinante atribuído à cooperação, principalmente ao nível da participação da biblioteca em redes locais, nacionais e internacionais;
- a necessidade de existir legislação que enquadre as bibliotecas públicas, assim como o financiamento constante e não apenas na fase da sua criação;
- uma importância significativa atribuída à criação e desenvolvimento das colecções, sendo aqui definidos *standards*, sublinhando-se a necessidade de existir uma política de gestão das colecções;
- um papel decisivo atribuído aos recursos humanos, acentuando-se a necessidade de uma formação de qualidade, quer inicial, quer contínua, dado o ambiente de constante mudança em que vivemos, e também a necessidade das bibliotecas cada vez mais integrarem outros profissionais;
- atribuição de um papel determinante à gestão e *marketing* das bibliotecas, identificando-se as competências em gestão necessárias aos bibliotecários, os instrumentos de gestão, dando destaque à medição do desempenho e à definição de uma política de *marketing* e promoção.

Fernanda Eunice Figueiredo

IFLA. Secção de Bibliotecas Públicas

– *Os serviços da biblioteca pública: directrizes da IFLA-UNESCO*. 1.^a ed. Lisboa: Editorial Caminho e Associação Liberpolis, 2003. 149 p. ISBN 972-21-1567-7.



DIAGNÓSTICO AOS ARQUIVOS INTERMÉDIOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

O Observatório das Actividades Culturais e o Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo publicaram em 2003 um «Diagnóstico aos Arquivos Intermédios da Administração Central». Esta obra encontra-se dividida em 5 partes e conta ainda com uma nota introdutória da autoria, supõe-se, dos responsáveis executivos pelo diagnóstico e duas apresentações, uma da autoria da Prof.^a Doutora Miriam Halpern Pereira, à data Directora-geral do IAN/TT e outra da Prof.^a Doutora Maria de Lourdes Lima dos Santos, Presidente do OAC. Esta obra comporta ainda:

- 34 mapas de localização geográfica dos organismos e depósitos de documentação objecto de recenseamento;
- 53 quadros identificadores dos dados quantitativos referenciados através do inquérito lançado aos organismos;
- 49 gráficos que representam e ajudam a visualizar melhor os dados quantitativos apurados e permitem uma melhor leitura comparativa;
- por último, um conjunto de 6 anexos a que nos iremos referir posteriormente

e indicação das referências bibliográficas utilizadas.

Uma primeira constatação é o inegável interesse que esta obra constitui, reunindo todas as condições para se transformar em mais uma ferramenta essencial para a necessária e urgente definição de uma política estratégica nacional para os arquivos portugueses. A então Directora-geral do IAN/TT conseguiu com esta publicação, mais uma vez, romper o silêncio no âmbito da comunicação social! Os profissionais de arquivo desde sempre foram chamando à atenção do poder político para o estado de abandono em que se encontram as sucessivas massas documentais acumuladas pelas administrações e, pelo menos desde 1988, quinze anos antes, com redobrado esforço e esperança, já vinham alertando para a situação «catastrófica» em que os arquivos se encontram.

Um ano depois do incêndio, o fogo dissipou-se e o fumo tomou conta novamente dos organismos responsáveis pela implementação de medidas de modernização administrativa e salvaguarda do património arquivístico nacional. Certamente à espera de um novo D. Sebastião que, regular e recorrentemente, ocupe a cadeira do poder e dê voz pública aos interesses de uma ou mais «camada(s) de investigações historiográficas»!

Curiosamente, ou talvez não, uma das conclusões mais salientes da obra aqui referenciada é apresentada pela Presidente do OAC ao apontar «para o facto de as medidas tomadas... Serem motivadas mais pela pressão da documentação acumulada e menos pela racionalização da gestão arquivística num sentido prospectivo – e este será, sem dúvida um

aspecto a exigir a indispensável mudança do ponto de vista requerida para o futuro do sector».

Mais do que inventariar as grandes parangonas jornalísticas, centradas na cifra de 700 km de documentação acumulada recenseada, mesmo assim seguramente bastante aquém da realidade existente, importa perspectivar uma forma articulada de intervenção que não só aproxime os arquivistas dos decisores em matéria de produção documental, como os envolva nas matérias bem mais sensíveis ao nível da planificação dos denominados «sistemas de informação». As experiências implementadas, por exemplo o Programa SIADE, mas nunca claramente assumidas e acarinhadas, demonstram claramente que as opções de política arquivística sempre sofreram de um pendor muito mais historicista, voltado para o passado, do que uma aposta na gestão integrada de sistemas de arquivo, perspectivada para o futuro.

Voltando ainda à obra que serve de pretexto para estas reflexões, não deixa de ser sintomático que, apesar da aposta em criar um órgão especialmente vocacionado para a elaboração de portarias vulgarmente denominadas de «gestão de documentos», a Divisão de Arquivos Intermédios, o IAN/TT e os seus antecessores não conseguiram, em mais de quinze anos, ultrapassar, na melhor das hipóteses os 25% dos organismos inquiridos, fazendo-os aprovar portarias conjuntas sobre avaliação, selecção e eliminação de documentos.

Na parte A – Métodos e técnicas, fizemos algumas constatações, no mínimo curiosas, como as descritas na p. 36 (Contactos dos organismos e dúvidas colocadas): apesar dos interlocutores

dos ministérios possuírem um baixíssimo nível de conhecimentos na área da arquivística (ver p. 46), os contactos de dúvidas registados só são os fornecidos pelo OAC e uma % não especificada, sempre abaixo dos 20%, solicitou esclarecimentos sobre conceitos e técnicas de arquivo. Quanto às respostas ao inquérito, registre-se que a forma de aplicação escolhida foi o envio pelo correio e não o contacto directo com o universo a diagnosticar, os resultados obtidos constituem uma boa amostragem, um pouco mais de metade (56%) de respostas válidas. Este valor não retira mérito ao trabalho efectuado mas dá bem a noção das limitações do universo sobre o qual foi efectuado o estudo.

Na parte B – Organismos e Serviços de Arquivo, começa por caracterizar os ministérios envolvidos e depois tenta descer à análise dos serviços de arquivo. Um dos sectores onde se denota uma indistigável falta de conhecimento na própria elaboração do inquérito diz respeito ao item «Software de gestão documental». As respostas obtidas e analisadas (p. 57) revelam uma tendência para utilizar uma forma operativa há muito ultrapassada de «gestão de documentos», mostrando mesmo incompreensão pela forma como hoje são geridos, ou não, os documentos electrónicos produzidos na Administração Pública e que ultrapassam em muito a mera digitalização das «entradas e saídas» de correspondência...

A análise dos recursos humanos e materiais não podia deixar de espelhar a profunda situação de abandono em que a documentação se encontra. Cerca de dois terços das respostas obtidas (76%) afirmam que são inexistentes

as rubricas próprias atribuídas aos arquivos, ou seja, são organismos inexistentes. Um outro aspecto a revelar uma tendência pouco rigorosa, do ponto de vista de quem deve dominar a área de conhecimento dos arquivos, é a análise aos recursos humanos (ex. «carreiras técnicas relacionadas com a comunicação dos documentos...»). As carreiras BAD estão claramente definidas no âmbito da Administração Pública.

Se é compreensível o aspecto da comunicabilidade dos documentos para os investigadores, as tarefas dos arquivistas não se esgotam nesta vertente, antes a devem ultrapassar e ganhar foros de eficiência e eficácia no seio das administrações. Os resultados apresentados no quadro 18 são particularmente significativos: cerca de 50% dos organismos com serviços de arquivo não possuem pessoal com formação na área BAD, ou seja, mesmo nas organizações onde estão previstos lugares para especialistas, estes são substituídos por outros, sem qualificação ou formação, mas que correspondem a outros perfis e objectivos... Uma outra nota não menos importante é a que se refere ao não preenchimento de lugares disponíveis (p. 74). Esta situação demonstra um desinvestimento claro nas unidades documentais, considerando aqui os centros de documentação e informação. Ao arpejo de todas as declarações orientadas para a qualificação e desenvolvimento das competências profissionais, continuamos a verificar que a função social dos arquivos ainda continua muito afastada da gestão das organizações e ainda é encarada na sua vertente mais conservadora das funções meramente patrimonialistas.

Por último, refira-se uma apresentação de um conjunto de referências bibliográficas, de actualidade e perspectivas conservadoras, e um conjunto de anexos de grande valia técnica que, por sua vez, constituirão um óptimo embrião para futuras realizações e actualizações do trabalho agora realizado.

Silvestre Almeida Lacerda

Diagnóstico aos Arquivos Intermediários da Administração Central. Lisboa, Observatório das Actividades Culturais e Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2003.

ISBN: 972-8488-26-2/972-8107-76-5.



OS LIVROS E O LIBERALISMO: DA LIVRARIA CONVENTUAL À BIBLIOTECA PÚBLICA

O autor propôs-se estudar as consequências que a extinção das ordens e congregações religiosas, no período do liberalismo, teve nas bibliotecas dessas instituições, tomando como base principal

a documentação existente no actual arquivo histórico da Biblioteca Nacional, além de outros muitos documentos dispersos nas secções de manuscritos da mesma biblioteca, e ainda de outros arquivos.

Como é explicitado ao longo da 1.ª parte da monografia, que se ocupa do "Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos", assistimos à criação deste Depósito logo em 1834, à actuação da comissão administrativa encarregada de o gerir, e a sua "natural" fusão na Biblioteca Nacional. Tendo em conta este facto, apresenta-se como óbvio que, para estudar com seriedade este longo e penoso processo, no "conturbado ambiente político e social existente no país", fosse indispensável socorrer-se a todo momento da documentação integrada na Biblioteca Nacional. Vale a pena aqui referir que se contam por centenas os manuscritos compulsados a que as notas de rodapé remetem, e que se encontram elencados nas "Fontes", com os títulos ou um breve resumo de cada documento (o que virá facilitar futuras investigações).

Se não foi possível quantificar o número certo das livrarias e o número de obras (ou volumes, o eterno problema das bibliotecas!) com que o Depósito teve de lidar, ele é de certa monta, e a apresentação dos dados, por aproximações sucessivas, foi um dos muitos problemas com que o autor teve de lidar: os anexos 1 a 19 apresentados em forma de quadros são disso prova evidente. Cada caso é seu caso, e cada mosteiro, convento, casa ou colégio, e as respectivas livrarias tiveram o seu processo próprio, se não totalmente individualizado, muito diversificado tendo em conta vicissitudes de toda a espécie.

A organização interna do Depósito e da comissão administrativa encarregada de o gerir ocupa 30 páginas que reflectem as dificuldades internas, de carências de pessoal, de verbas exíguas, etc.; e as de fazer cumprir ordens superiores junto das entidades locais, sujeitas às mais variadas pressões, e a limitações orçamentais e culturais. Basta dar como exemplo a tarefa da elaboração dos inventários e/ou catálogos das bibliotecas a remeter ao Depósito, como fase preliminar do destino a dar às mesmas, para cuja execução se tornava quase impossível encontrar pessoas minimamente habilitadas, em locais por vezes recônditos.

Da gestão deste património bibliográfico ingente, e caótico por vezes, se ocupa a 2.ª Parte, com as entradas – as chamadas incorporações – e as subsequentes saídas sob a forma de permutas, vendas e doações. Fica o leitor com uma visão abrangente daquilo que, distrito a distrito, sucedeu neste intrincado processo. O Depósito sediado no antigo convento de S. Francisco, paredes meias com as instalações da Biblioteca Nacional, não chegou a ser um depósito geral, mas sim um organismo coordenador e depósito de livrarias especialmente da cidade de Lisboa e da província da Estremadura. Porto e Coimbra, uma graças ao «peso da Universidade», outra devido ao «peso de uma cidade na implantação do regime» constituíram casos à parte. Casos à parte também, foram as livrarias de casas conventuais anexas a palácios reais (Mafra e Necessidades) ou a outras instituições (Academia das Ciências e Casa Pia). Negligências várias por parte de quem deveria ter acautelado objectos tão frágeis quanto os livros, quer nos locais de origem, quer nos processos

de remoção e no próprio Depósito, originaram extravios e perdas irreparáveis. Se as permutas e as vendas ocupam dois pequenos, embora substanciais, capítulos, já aquele que se refere às doações toca temáticas da maior relevância: a criação de «bibliotecas públicas» na sede dos distritos, o enriquecimento das bibliotecas das secretarias de Estado, a dotação de bibliotecas nos liceus nacionais que vão sendo criados «num processo moroso e tardio». O caso da Biblioteca Nacional, encarada nesta conjuntura «como repositório por excelência do acervo bibliográfico» e como «vértice de um programa nacional de bibliotecas», com o enriquecimento das suas colecções, vêm a merecer atenção especial. Confirma-se o que era um dado aceite por quem lida com as próprias espécies bibliográficas desta instituição ou com os catálogos que registam as marcas de posse.

No final, além de se apresentar um balanço da matéria desenvolvida, a formulação de uma série de questões pertinentes deixa o campo aberto aos estudiosos das matérias envolvidas.

Talvez um pouco fora do contexto, o autor considera ainda a questão das livrarias sequestradas aos miguelistas, e aflora a dispersão de bibliotecas aquando da expulsão dos jesuítas no tempo do marquês de Pombal e alude aos estragos atribuídos às invasões francesas.

Será bom salientar ainda outros aspectos que tornam o trabalho digno de mérito e da distinção com que foi galardoado – o Prémio Raul Proença 2001 – o facto de nos casos considerados oportunos, comparar o que em Portugal se passou

com situações idênticas às da França e Espanha; de possibilitar com as fontes apresentadas, e respectivas cotas, o acesso a documentação dispersa. Estamos de facto perante um trabalho de leitura indispensável para quem se interessa pela história das bibliotecas; para quem trabalha com colecções de livro antigo, para quem se dedica à história de Portugal na época do liberalismo; para quem se dedica a estudos de história local, para quem queira saber sobre as livrarias conventuais no Antigo Regime.

Paulo Barata utiliza um modo de escrever fluente, o que nem sempre acontece em obras deste teor, abona as afirmações que vai produzindo com extractos dos textos de que se vai servindo, em número suficiente, sem que, no entanto, o leitor perca o fio à meada. Vamos, assim, presenciando o desenrolar de um processo que levou ao dismantelar de grandes ou reduzidas bibliotecas e sua posterior incorporação em bibliotecas já formadas ou noutras que entretanto foram criadas, ou apenas a mudança de dono...

Isabel Cepeda

BARATA, Paulo J. S.

– *Os livros e Liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública.*

Lisboa, Biblioteca Nacional. 2003